



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA**

**CARLOS AUGUSTO SANTOS DA SILVA
JOELZA DA SILVA MENEZES
JUSSARA SILVA
MÁRCIA DE SANTANA SILVA**

**DESENVOLVIMENTO SOCIAL A PARTIR DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA:
ESTUDO DA REGIÃO DO RECÔNCAVO BAIANO NA LOCALIDADE DE SÃO
BENTO DAS LAGES EM SÃO FRANCISCO DO CONDE**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2014

**CARLOS AUGUSTO SANTOS DA SILVA
JOELZA DA SILVA MENEZES
JUSSARA SILVA
MÁRCIA DE SANTANA SILVA**

**DESENVOLVIMENTO SOCIAL A PARTIR DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA:
ESTUDO DA REGIÃO DO RECÔNCAVO BAIANO NA LOCALIDADE DE SÃO
BENTO DAS LAGES EM SÃO FRANCISCO DO CONDE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Especialização em Gestão Pública da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Especialista em Gestão Pública.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Vera Regina Rodrigues da Silva.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2014

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da Unilab
Catalogação de Publicação na Fonte

D486

Desenvolvimento social a partir do programa Bolsa Família : estudo da região do
Recôncavo Baiano na localidade de São Bento das Lages em São Francisco do
Conde / Carlos Augusto Santos da Silva ... [et al]. - 2014.
43 f. : il. color.

Monografia (especialização) - Instituto de Educação a Distância, Universidade da
Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2014.
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Vera Regina Rodrigues da Silva.

1. Desenvolvimento social - São Bento das Lages (São Francisco do Conde, BA).
2. Política pública. I. Programa Bolsa Família (Brasil). II. Silva, Carlos Augusto Santos
da. III. Título.

BA/UF/BSCM

CDD 303.4408142

**CARLOS AUGUSTO SANTOS DA SILVA
JOELZA DA SILVA MENEZES
JUSSARA SILVA
MÁRCIA DE SANTANA SILVA**

**DESENVOLVIMENTO SOCIAL A PARTIR DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA:
ESTUDO DA REGIÃO DO RECÔNCAVO BAIANO NA LOCALIDADE DE SÃO
BENTO DAS LAGES EM SÃO FRANCISCO DO CONDE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Especialização em Gestão Pública da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira como parte dos requisitos para a obtenção do título de Especialista.

Aprovado em: 19/07/2014

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Vera Regina Rodrigues da Silva

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Prof. Dr. Carlindo Fausto Antônio

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Prof.^a Dr.^a Matile Ribeiro

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Dedicamos este trabalho a todos os familiares, professores e colegas que nos ajudaram a ampliar nossos conhecimentos caminhando na dimensão da igualdade, liberdade e fraternidade e no combate às injustiças sociais.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a DEUS, por nos contemplar com um corpo sadio, uma mente sã e dotado de bons sentimentos para com o outro.

Ao gestor local do Bolsa Família, Sandro Albuquerque.

A nossa professora Dr. Nubia, diretora da unidade UNILAB.

A nossa tutora Ms. Jaciara de Santana pela dedicação apresentada.

A nossos professores: Dr. Vera Regina Rodrigues da Silva e Dr. Maurílio Machado

Lima Junior, pela sua dedicação, generosidade e sapiência.

Aos beneficiários do Programa Bolsa Família da comunidade de São Bento das Lages, pelo acolhimento e paciência em nos acolher.

A todos os colegas que contribuíram direta ou indiretamente na construção do nosso conhecimento.

“O que destrói a
humanidade: A
Política, sem
princípios;
o Prazer, sem
compromisso; a
Riqueza, sem
trabalho; a
Sabedoria, sem
caráter; os
negócios, sem
moral;
a Ciência, sem
humanidade; a
Oração, sem
caridade.”

(Mahatma Gandhi)

RESUMO

Este trabalho de pesquisa foi realizado no município de São Francisco do Conde, no bairro periférico de São Bento das Lages, tomando como base o auxílio do Bolsa Família e suas consequências quanto ao desenvolvimento das famílias inscritas no programa moradoras nesta localidade. Nos estudos bibliográficos efetuados foi entendido que há uma multidimensionalidade da pobreza, ponto central para o entendimento quanto ao desenvolvimento destas famílias contempladas pelo programa. Sendo assim, foi necessário conhecer um pouco mais sobre as estratégias e ações do PBF, no combate a fome e a redução da vulnerabilidade destas famílias. As leituras iniciais primam por conhecer o ato de criação do PBF, entender suas condicionalidades e avaliar as ações do poder público quanto a gerar alicerces que auxiliem para seu êxito que é a luta contra a pobreza na região. Este fenômeno social citado, a pobreza, fruto de vários fatores históricos, consequência de nossa colonização sustentado pelo modo de produção escravista. Durante os trabalhos foram relatados importantes informações dadas pela população, demonstrando a necessidade da inserção de cidadania até então desconhecida pelo Estado brasileiro, apesar constarem nos censos demográficos, Com a implantação do PBF, o Estado brasileiro passa a investir com pouco dinheiro, conseguindo atingir inúmeras famílias, reavivando em seus membros sentimentos de cidadania, dignidade, além de manter vivo seu orgulho, apesar do intergeracionamento da pobreza ocasionado no país. Dentre os relatos da população local, colhidas a partir das 4 entrevistas com grupos focais e 193 questionários aplicados às famílias da região estudadas inscritas no programa, foram percebidos algumas intervenções com atuação da gestão municipal, ações em estudos do censo populacional, apoiadas nas condicionalidades do programa Bolsa Família. Dentre estas ações é confirmada a execução pelo poder público de serviços que atendem algumas de suas solicitações, quanto a construção de Postos de Saúde na comunidade, pavimentações de ruas, iluminação pública e saneamento básico em geral. Estas informações estabeleceram uma linha de conhecimento que nos projetou em conclusões positivas para o trabalho, entretanto não conclusiva na ideia de mensurar o desenvolvimento da família beneficiária com o Bolsa Família.

Palavras-chave: Desenvolvimento social - São Bento das Lages (São Francisco do Conde, BA). Política pública. Programa Bolsa Família (Brasil).

ABSTRACT

This research was conducted in the municipality of São Francisco do Conde, in the suburb of São Bento das Lages, based on the assistance of the Bolsa Família and its consequences for the development of families enrolled in the program who live in this city. Bibliographical studies were made in order to understand that there is a multidimensionality of poverty, central to understanding how the development of these families included in the program. Therefore, it was necessary to know a bit more about the strategies and actions of the BFP in fighting hunger and reducing the vulnerability of these families. Initial readings excel in meeting the act of creation of the PBF, understand their conditionalities and evaluate the actions of the government, as a foundation that helps to generate its success is that the fight against poverty in the region. This social phenomenon cited poverty because of various historical factors result of our sustained colonization by the slave mode of production. During the work important information given by the population were reported, demonstrating the need for the inclusion of citizenship hitherto unknown by the Brazilian state, despite appear in demographic censuses, With the implementation of GMP, the Brazilian state will invest with little money, managing to achieve numerous family, rekindling their feelings of citizenship, dignity members, and keep alive their pride despite the intergeracionamento caused poverty in the country. Among reports of the local population, harvested from 4 interviews with focus groups and questionnaires given to 193 families in the region studied enrolled in the program were perceived some assistance with activities of municipal management, shares in studies of the population census, supported the conditionalities of the Bolsa Família program. Among these actions is confirmed by the execution of government services that meet some of their requests, as the construction of health clinics in the community, paving of streets, street lighting and sanitation in general. This information established a line of knowledge that designed us to work in positive, though not conclusive on the idea of measuring the development of the family would benefit from the Family conclusions.

Keywords: Desenvolvimento social - São Bento das Lages (São Francisco do Conde, BA). Política pública.

LISTA DE SIGLAS

CadÚnico - Cadastro Único

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA - Instituto Pesquisa Econômica Aplicada

MDS - Ministério de Desenvolvimento

Social PBF - Programa Bolsa Família

PNAD - Programa Nacional por Amostra de Domicílios

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Tabela 1	Distribuição por gênero do responsável pela família	31
Gráfico 1	Quanto a raça dos entrevistados	31
Tabela 2	Quanto a religião dos entrevistados	32
Gráfico 2	Faixa etária dos entrevistados	32
Tabela 3	Estado civil dos entrevistados	33

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	PLANEJANDO A PESQUISA DE CAMPO	15
3	CONHECENDO A LOCALIDADE EM ESTUDO	16
3.1	UM POUCO DA HISTÓRIA DO MUNICÍPIO	16
3.2	RETRATO DA EVOLUÇÃO SOCIAL DA REGIÃO	18
3.2.1	Evolução geográfico-social	18
3.2.2	Atividades econômicas	19
4	POBREZA E INDICADORES SOCIAIS	21
4.1	CONHECENDO A POBREZA	21
4.2	INDICADORES SOCIAIS	22
5	BOLSA FAMÍLIA	24
5.1	CRIAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO	24
5.2	CONDICIONALIDADES: FAMÍLIA X ESTADO	25
5.3	INCLUSÕES DE CIDADANIA	28
6	LEITURA DOS QUESTIONÁRIOS E ENTREVISTAS	30
6.1	RESULTADOS DOS QUESTIONÁRIOS E ENTREVISTAS	30
6.2	CÁLCULO DE AMOSTRAS PARA POPULAÇÕES FINITAS	33
6.3	CALCULANDO A MARGEM DE ERRO DAS AMOSTRAS	34
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
	REFERÊNCIAS	37
	APÊNDICE A - Pesquisa socioeconômica do projeto. Instrumento de coleta.	39
	APÊNDICE B - Termo de compromisso e confidencialidade	41
	APÊNDICE C - Entrevista com o gestor do Bolsa Família no município	42

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho de pesquisa foi dividido em seis capítulos na tentativa de compreender e conhecer da realidade e seus possíveis avanços sociais, avaliando uma parcela da população de São Francisco do Conde que possuem características em representar o universo da população diante destes avanços após implantação do Programa Bolsa Família no município, especificamente no bairro de São Bento das Lages.

No capítulo I é apreciado um pouco da história de São Francisco do Conde, município localizado no Recôncavo baiano e repleto de traços arquitetônico da quinta colônia portuguesa, distante 70 quilômetros da capital do Estado, fazendo parte da Região Metropolitana de Salvador. Conforme Censo 2010 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, o número total de seus habitantes estava em 33.183 indivíduos, sua área compreendida em 263 km² de extensão territorial, seu bioma é a mata atlântica, sua latitude terrestre de 12^o 37' 50" sul e 38^o 40' 20" oeste, banhado pelas águas da baía de todos os santos.

No capítulo II é realizado um retrato da evolução social do município, suas principais atividades econômicas, atrelado ao convívio com um contraditório social inexplicável de desemprego e do círculo histórico da pobreza vivenciado pelas famílias locais neste município que desde o Brasil colônia até os dias atuais mantem-se em posição de destaque na economia regional e nacional, ascendente com o apogeu da cana de açúcar no século XVII até a dependência energética de petróleo do século XXI.

No capítulo III é escrito sobre a pobreza e suas dimensões numa tentativa de conhecer mais sobre este fenômeno social para entender os mecanismos eficientes de combate a pobreza e da propagação de suas consequências sociais. Este estudo tenta encontrar respostas já que historicamente o município estudado possui atributos econômicos rentáveis e favoráveis a seu crescimento, embora é evidenciado que somente suas riquezas não foram necessárias para melhorar de maneira positiva seus índices de miséria e pobreza que ainda hoje se mantem elevados.

No capítulo IV é mais informativo em relação ao programa Bolsa Família, conhecendo seu ato de criação e as condicionalidades necessárias ao combate a pobreza, responsabilidades que atingem tanto as famílias inscritas como o poder público, revendo as ações e agendas das políticas públicas dos gestores municipais.

Neste capítulo é observado o esforço através do programa Bolsa Família implantada pelo Governo Federal em 2004, cuja proposta é erradicar a pobreza, atuando diretamente nas famílias em vulnerabilidade, propondo-se uma redução drástica dos altos índices deste fenômeno social. Em contrapartida as famílias devem seguir as regras condicionais acordadas com Estado que é manter seus filhos menores na escola, com frequência regular, além de acompanhar as visitas regulares ao médico e seguir os cronogramas de vacinações, verificando inclusive suas condições nutricionais, desta forma tenta-se reduzir um déficit educacional, reduzir a mortalidade infantil e manter a preservação física e mental das crianças. Nos últimos governos, ascende a proposta de melhorar tais indicadores socioeconômicos estabelecendo um real desenvolvimento social.

No capítulo V é dissertado sobre as inclusões de cidadania, tendo o Bolsa Família como um agente desta inclusão, fazendo com que pessoas historicamente excluídas passem a elevar sua autoestima e sentirem-se realmente cidadãos brasileiros. O fato de manter seus filhos nas escolas regularmente matriculados, acompanhar sua vacinação e as visitas regulares ao médico, além de ter direito ao acompanhamento nutricional, como condições para se manter no PBF, é uma ação necessária a criação de hábitos e costumes benéficos a saúde mental e física das crianças, elevando a autoestima e devolvendo a cidadania a milhares de brasileiros, esquecidos pelo Estado durante séculos.

No Capítulo VI deixamos nossas conclusões finais após avaliarmos os questionários e tabulados seus dados, conflita-los com as informações obtidas pela bibliografia estudada, avaliando os relatos da população e das ações positivas da gestão municipal no que se refere a construir alicerces que possibilitem a ascensão e autonomia das famílias em condições de vulnerabilidade, obtendo respostas surpreendentes e desta forma foi concluído este trabalho de pesquisa, que objetivou estudar a evolução social proporcionada pelo Programa Bolsa Família no bairro de São Bento das Lages, no município de São Francisco do Conde, situado no Recôncavo baiano.

Na medida em que os governos direcionam o foco de seus investimentos para a política social visando melhorar as condições de vida dos cidadãos, implantando políticas públicas de distribuição de renda mínima para pessoas em situação de vulnerabilidade, redirecionando estas pessoas a matricular e manter seus filhos nas escolas públicas, acompanhar a vacinação e manter uma periodicidade dos

menores em consultas ao médico, resgata a cidadania além de orientar o Estado para o investimento da base, saúde e educação objetivando alterar toda vida social, política e cultural do município, reduzindo de maneira significativa os impactos da pobreza no país.

2 PLANEJANDO A PESQUISA DE CAMPO

O bairro de São Bento das Lages é um arco de terra que abraça do leste ao norte da cidade de São Francisco do Conde, mais próximo das águas da Baía de Todos os Santos, iniciando seu acesso pavimentado desde a Av. Santa Rita, seguindo a Av. Junqueira Ayres percorrendo 4 quilômetros até a Estrada para São Lourenço, neste bairro estão as ruínas da Imperial Escola Agrícola da Bahia (1859), criada por Dom Pedro II durante o apogeu da cana-de-açúcar, hoje sem a plenitude alcançada no século passado, suas paredes ainda resistem ao tempo com imponência da construção em estilo barroco e vista com grandiosidade devido a localização privilegiada com vistas para a baía de todos os santos. Em virtude da grande extensão de terra deste bairro, foi necessária pensar uma divisão por zonas para melhor localizar as famílias inscritas no programa e distribuir melhor os questionários a serem aplicados em nossa pesquisa de campo. Sendo assim foi iniciado as buscas pelas famílias na Av. Santa Rita e Tv. Santa Rita (Zona 1), Av. Junqueira Ayres e Tv Junqueira Ayres (Zona 2) Drena I e Drena II, CJ Habitacional Mãe Carlita, Rua da Jaqueira (Zona 3), Cj Habitacional Dom João e Rua do Cais (Zona 4), Estrada para São Lourenço, Roseira, Brotas (Zona 5). Desta forma foi traçado a estratégia de aplicação de questionários e entrevistas com grupos locais de cada zona, afim de extrair o máximo de informação possíveis. Tomando como base o número de famílias inscritas no PBF no bairro de São Bento das Lages, 789 famílias são moradoras deste bairro, conforme cadastro interno do programa, este foi o ponto de partida para determinar o tamanho das amostras dos questionários. Desta forma foram aplicados 193 questionários com as famílias inscritas no programa e 5 entrevistas, uma das entrevistas com o gestor¹ do PBF no município, e as outras com os representantes das famílias entrevistadas no bairro de São Bento das Lages.

¹ Sr. Sandro Albuquerque.

Seriam variadas razões para abonar este trabalho, porém seu objeto de estudo, torna-se justo na medida em que recursos do estado são utilizados para solução de problemas sociais de forma inclusiva tentando resgatar a cidadania de milhões de brasileiros, envolvendo todos os entes federados, seja por iniciativa municipal, estadual, federal, por organizações não governamentais e outras.

3 CONHECENDO A LOCALIDADE EM ESTUDO

3.1 UM POUCO DA HISTÓRIA DO MUNICÍPIO

Conforme transcrições feitas dos trabalhos do historiador franciscano professor Antônio de Araújo Aragão Bulcão Sobrinho (1898-1965), contados no memorial de São Francisco do Conde (1976), escrito por Mario Pinto da Cunha, principal fonte dos relatos históricos deste trabalho.

Segundo Sobrinho (s.d.) “Um pequeno município situado no Recôncavo baiano, desponta desde o Brasil colônia, século XVII, como importante centro econômico, utilizando mão de obra escrava na produção da cana-de-açúcar”. No bairro de São Bento das Lages, foi criada a Imperial Escola Agrícola da Bahia, também chamada de Escola Agrícola de São Bento das Lages, por meio do decreto nº 5.957, de 23/06/1875, pelo Imperador D. Pedro II, para ampliar e qualificar a agricultura da região. No século XIX é construída em seu território a segunda principal Refinaria de Petróleo no país, a Refinaria Landolfo Alves, entretanto até o final do século XX, seus indicadores sociais continuam muito aquém das riquezas proporcionadas por esta terra rica, porém humilde.

O bairro de São Bento das Lages detém um grande número de pessoas em situação de pobreza, conforme IBGE 2010, 21% destas pessoas vivem neste bairro

A Formação da sociedade e a ação do Estado no Brasil foram desde o nascimento da nação até praticamente o final do século XX dramaticamente concentradores de renda e de oportunidades, portanto, geradores de desigualdades e de distintas manifestações de formas de exclusão. (MOTA, 2010)

Para Mota (2010) nossa formação como colônia é um ponto preponderante para o nosso insucesso na política de redistribuição das riquezas de nosso país causando problemas sociais que se multiplicam e intergeracionando a pobreza durante séculos.

É notado que esta localidade possui um passado histórico de escravidão e de domínio de terra pelos fazendeiros locais, conseqüentemente é percebido em sua história o domínio do modelo escravista, que apesar da libertação em 1988, dos negros advindo da África, isto não foi suficiente para diminuir as desigualdades sociais, que perduraram séculos até os dias atuais.

A desigualdade social e de renda são traços marcantes da sociedade brasileira e sua superação requer a articulação de estratégias adequadas e o esforço de todos os entes federados, além do engajamento da própria sociedade. (GABRIEL et all, 2013).

A desigualdade no país é um problema social que vem se prolongando ao longo do tempo, fortalecendo na sociedade ações excludentes e sentimentos de privações e desemprego, manifestados muitas vezes com ações de revolta e violência proporcionadas pelas classes de maior vulnerabilidade, geralmente esquecidas pelo Estado e subjugada pelas nossas elites consumistas, todavia, o contraste proporcionado pela desigualdade e pelo preconceito no país passou a ser um problema político social que deve ser enfrentado por todos, sociedade, setor econômico e governos. As políticas sociais implantadas no país são alvo de polemias discursões, seja entre os diálogos populares nas redes sociais, escolas, trabalho e outros, em particular o Bolsa Família acreditasse estar cumprindo seu papel social, demonstrado nas estatísticas das instituições de coletas de dados, segundo IPEA (2013) a cada R\$ 1,00 pago pelo bolsa família a um aumento de R\$ 1,78 do PIB brasileiro, fazendo inferência direta que o bolsa família não é gasto, é investimento que move e interfere na economia nacional. Através das políticas públicas implantadas, principalmente na redistribuição de renda mais equânime entre as classes sociais no país, nos últimos governos, ascende a proposta de melhorar seus indicadores socioeconômico.

3.2 RETRATO DA EVOLUÇÃO SOCIAL DA REGIÃO

3.2.1 Evolução geográfico-social

Conforme transcrições feitas dos trabalhos do historiador franciscano professor Antônio de Araújo Aragão Bulcão Sobrinho (1898-1965), contados no memorial de São Francisco do Conde (1976), escrito por Mario Pinto da Cunha, principal fonte dos relatos históricos deste trabalho.

Terras pertencente a Mem de Sá, 3º Governador Geral do Brasil, desponta já no século XVII, como importante centro econômico da quinta colônia portuguesa, detendo em seu território o 2ª lugar em funcionamento de engenhos de açúcar, utilizando mão de obra escrava no plantio e beneficiamento da cana-de-açúcar. No século XIX é construída em seu território a segunda principal Refinaria de Petróleo no país, a Refinaria Landulfo Alves, cresce a esperanças de mudanças na vida e no comportamento das pessoas, inclusive elevação nos índices sociais, embora até o final do século XX, seus indicadores sociais continuam muito aquém das riquezas proporcionadas por esta terra “humilde, tão rica” fazendo a tradução da escrita em latim em seu símbolo "Humilis Tamquam Dives".

Segundo Sobrinho (s.d.)“Em 1618, por ordem do Conde de Linhares, foi construído no alto de um monte, no Recôncavo Baiano, um convento e uma igreja, onde mais tarde surgiria a cidade de São Francisco do Conde”, conforme informações IBGE, foi emancipada como cidade após oficializada pelo decreto estadual nº 141, de 31/12/1943, retificado pelo decreto estadual nº 12978, de 01/06/1944.

Segundo Cunha (1975, apud SOBRINHO). “O nome homenageia o padroeiro da cidade e o Conde de Linhares Dom Fernão Rodrigues de Castelo Branco, que herdou o terreno de um sítio do 3º governador-geral do Brasil, Mem de Sá”. A região onde fica atualmente a cidade foi invadida e conquistada pelo império português que na tentativa de ocupar a região, travou guerras entre os aborígenes que viviam as margens dos rios Paraguaçu e Jaguaribe, as tribos dos índios Tupinambás e Caetés Negros.

No passado, a riqueza da cidade se baseava nas plantações de cana de açúcar que deram início ao desenvolvimento econômico da região, tendo registros de cinquenta engenhos de grande porte. As diversidades étnicas e culturais que formaram o povo e a cidade de São Francisco do Conde estão manifestadas de maneira

marcante no cotidiano da cidade, suas construções seculares e pavimentações encontradas tanto em áreas urbanas, como rurais. As palmeiras imperiais, símbolo da administração portuguesa, as igrejas majestosas chamadas de freguesias e núcleo da administração, ocupação e controle dos territórios, as ruínas dos engenhos de cana, as canoas de madeira na beira da maré, as quase extintas casas de barro estão por toda parte, assim como as construções coloniais de arte barroca da época, muito majestosas conservam a memória viva da região. Nestas terras viviam os aborígenes, índios que faziam parte das tribos Tupinambás e os Caetés Negros vencidos em guerras após invasão portuguesa, deixaram seu legado, entre outras coisas uma rica gastronomia popular. O mingau de farinha de milho, a tapioca e o preparo do peixe assado na folha de bananeira são exemplos dessa herança. Dos negros escravizados da África observam-se os traços até os dias atuais, nos semblantes e nos sorrisos dos habitantes locais, do conhecimento do trato com a terra da agricultura de subsistência, das comidas típicas como o caruru, o vatapá, a moqueca de azeite de dendê, das danças típicas como samba de roda e da defensiva capoeira.

São Francisco da Barra de Sergipe do Conde para São Francisco, alterado pelos decretos estaduais nºs 7455, de 23-06-1931 e 7479, de 08-07-1931. São Francisco para São Francisco do Conde, alterado pelo decreto estadual nº 141, de 31-12-1943, retificado pelo decreto estadual nº 12978, de 01-06-1944. (IBGE, 2014)

Bem depois da condição de sítio a vila passa a ser chamado de São Francisco da Barra do Sergi do Conde, somente através de decretos estaduais passa ser cidade de São Francisco do Conde.

A formação étnica do povo de São Francisco do Conde é similar ao restante do país, já que sua história faz parte da história da colonização do Brasil, em sua longa estadia como colônia de Portugal. Três grupos étnicos foram fundamentais na formação de nosso povo: o índio que era nativo da região e verdadeiro dono das terras brasileiras, o branco europeu de origem portuguesa e o negro africano que foi arrancado de sua terra natal para trabalhar nas lavouras da cana-de-açúcar da região, pelo seu conhecimento com o trato com a terra.

3.2.2 Atividades econômicas

Este pequeno município situado no Recôncavo baiano desponta desde o

Brasil colônia (século XVII), como importante centro econômico, utilizando mão de obra escrava na produção da cana-de-açúcar. Segundo Sobrinho (s.d.), no bairro de São Bento das Lages existiu o “Mosteiro de São Bento” e neste a celebrada Abadia de Brotas, onde funcionou o “Aprendizado Agrícola Sergio de Carvalho, no qual lecionou Arthur de Sales”, alguns quilômetros a leste deste mosteiro foi criada a Imperial Escola Agrícola da Bahia (1858), também chamada de Escola Agrícola de São Bento das Lages, por meio do decreto nº 5.957, de 23/06/1875, pelo Imperador D. Pedro II, para ampliar e qualificar a agricultura da região. No século XIX foi construída em seu território a segunda principal Refinaria de Petróleo do país, a Refinaria Landulfo Alves, entretanto até o final do século XX. Muitas frentes de serviços foram tocadas na época, acolhendo a mão de obra local, porém a falta de qualificação dos habitantes manteve a crise de emprego após o funcionamento normal da Unidade Industrial, mantendo seus indicadores sociais muito aquém das riquezas proporcionadas por esta terra rica, porém humilde. O bairro de São Bento das Lages detém um grande número de pessoas em situação de pobreza, devido a falta de profissionalização e ausência de trabalho na região, além da baixa formação educacional de seus moradores, desta forma sua maioria beira o estado de vulnerabilidade. Constantemente o município é objeto de noticiários nacionais e disputas políticas acirradas, devido o município apresentar-se como um dos mais ricos do País, para Santana (2011) “possuir uma refinaria de petróleo em seu território, e esse fato não se refletir, em desenvolvimento para população local, se estabelece um enigma Riqueza x Pobreza”.

O comércio local é pouco desenvolvido, atualmente em expansão conseguem ter três mercadinhos mais organizados e outras dezenas de estabelecimentos comerciais mantidos pelos familiares dos proprietários, pequenas lojas varejistas de roupas e vestuários, seis padarias; o serviço de taxi é precário e na sua grande maioria são mantidos por motocicletas, existem alguns poucos pescadores que abastecem o pequeno mercado de peixe da cidade, entretanto sua atividade é mais para própria subsistência que comercialização, o aproveitamento da mão de obra nestes estabelecimentos tem evoluído nos tempos atuais. A prefeitura local mantém empregados uma grande quantidade de munícipes, causando problemas de comodidade aos habitantes e uma cultura imprópria para o desenvolvimento de outras áreas econômicas da região além de proporcionar para gestão municipal graves problemas constantemente notificados pelo Tribunal de Contas dos

Municípios, por serem utilizados como estratégia políticas na batalha eleitoral, apesar do município possuir um polo industrial na região de Mataripe, Caípe e adjacências, pouquíssimos são os afortunados que conseguem acesso a trabalho nesta região, devido a grande maioria da população não possuírem formação técnica adequada aos trabalhos especializados que ali necessitam, aumentando de forma considerável os índices de carência da população, reduzindo seus indicadores sociais e favorecendo ao aumento da pobreza no município.

4 POBREZA E INDICADORES SOCIAIS

4.1 CONHECENDO A POBREZA

Para analisarmos qualquer evolução dos índices de pobreza deve-se entender bem a definição de pobreza, e desta forma poderemos tentar conceituá-la. Para Crespo (2002, p.4) “não existe uma razão a priori na qual uma determinada proporção estatística sumária possa ser considerada como linha da pobreza”, sendo assim ele apresenta três concepções que evoluíram no decorrer do século passado e se apresentaram como solução temporária para responder ao fenômeno.

Uma desta é a “sobrevivência” vivenciada na década de 50, surgida pelas ideias de nutricionistas ingleses, apontava que a “renda dos mais pobres não era suficiente para manutenção dos rendimentos físicos dos indivíduos”. Na década de 70, uma outra concepção tomava corpo e apontava para as “necessidades básicas” como referencial para pobreza, essa nova configuração aspirava certas exigências de consumo básico de uma famílias, sendo adotada inclusive por órgão internacionais integrantes da Organização das Nações Unidas (ONU). A terceira concepção retratada é a “privação relativa” que busca uma formulação mais abrangente e densa entre os conceitos, buscando comparações de estudos internacionais, proporcionando uma visão mais científicas destacando aspectos sociais. Para Crespo (2002, p.5) “Dessa forma, sair da linha de pobreza significava obter: um regime alimentar adequado, um certo nível de conforto, o desenvolvimento de papéis e de comportamentos socialmente adequados”. Segundo Amartya Sen (SEN 1999, apud CRESPO, 2002 p.5), a pobreza pode ser definida como uma privação das capacidades básicas de um indivíduo e não apenas como uma renda inferior a um patamar pré-estabelecido. Uma definição de pobreza é algo bastante

complexo e não pode ser limitada apenas a renda do indivíduo ou de sua família, pois, existem várias idades, tempos variados e múltiplas necessidades que transformam a definição de pobreza em conceitos que variam com as variáveis necessidades e privações dos indivíduos.

As liberdades dos indivíduos são os elementos constitutivos básicos do desenvolvimento apontado por Sen. Assim, dá-se atenção para a expansão das capacidades das pessoas de levar o tipo de vida que elas valorizam. Essas capacidades podem ser aumentadas por intermédio das políticas públicas e também a direção da política pública pode ser influenciada pelo uso efetivo das capacidades participativas do povo. (CRESPO, 2002 p.7)

Segundo Crespo (2002) as ideias de Sen atribuídas à pobreza, não se dissociam da visão de desenvolvimento, pois, o desenvolvimento é visto nesta concepção como expansão das liberdades dos indivíduos, uma ideia mais relacionada com autonomia do sujeito onde ele goza de plenas liberdades, como exemplo é citado: ter condições de evitar a fome, a subnutrição, a morbidez e a morte prematura, acesso a informação e educação de qualidade, ter liberdade política e de expressão. Com acesso a estas prerrogativas atribuído ao desenvolvimento humano e a sua autonomia, não seria incorreto classificar a pobreza como um fenômeno representado por diversas dimensões onde as necessidades e fragilidades sociais de uma população poderiam ser mensuradas através de seus indicadores sociais, perfazendo um esboço que represente melhor suas condições sociais, conforme veremos a seguir.

4.2 INDICADORES SOCIAIS

O desenvolvimento dos indicadores sociais está totalmente ligado ao surgimento das ideias do economista inglês John Maynard Keynes (1883–1946), que simplesmente falando afirma ser necessário a intervenção do estado nos problemas econômicos produzidos pelas crises do capitalismo, problemas como desemprego, fome, crises financeiras e outras.

Alguns indicadores sociais foram desenvolvidos para tentar representar a realidade social da população. O IDH é um dos indicadores usados pelas Nações Unidas, usando informações que abrange as dimensões da saúde, educação e renda, tentando se aproximar da realidade social das pessoas, indicando suas condições de vida.

O Índice de Desenvolvimento Humano foi criado originalmente para medir o nível de desenvolvimento humano dos países a partir de indicadores de educação (alfabetização e taxa de matrícula), longevidade (esperança de vida ao nascer) e renda (PIB per capita). O índice varia de 0 (nenhum desenvolvimento humano) a 1 (desenvolvimento humano total). Países com IDH até 0,499 têm desenvolvimento humano considerado baixo; os países com índices entre 0,500 e 0,799 são considerados de médio desenvolvimento humano; países com IDH maior que 0,800 têm desenvolvimento humano considerado alto. (PENUD, 2013)

O índice de desenvolvimento humano IDH é um dos indicadores sociais desenvolvidos para avaliar as condições de vida dos seres humanos, certamente que possui deficiências como todos os outros indicadores, apesar de utilizar as dimensões que envolve saúde, educação e renda, esquecem de outras dimensões ligadas a autonomia. Apesar do IDH ser utilizado internacionalmente, para fazer um diagnóstico que represente a realidade das famílias é aplicado o Indicador de Desenvolvimento da Família – IDF, utilizado pelo Bolsa Família para avaliar o desenvolvimento de cada família.

o IDF permite calcular o nível de desenvolvimento de uma família e agregar dados sobre o grau de desenvolvimento de bairros, territórios, municípios, estados e países, podendo ser usado tanto em comparações em nível individual (entre famílias), quanto em nível agregado (entre regiões ou grupos demográficos) (GABRIEL et all, 2013)

Segundo Jannuzzi (2012, p.7) “A elaboração de um diagnóstico da realidade social vivenciada por famílias de uma comunidade, bairro, município ou estado é certamente uma tarefa bastante difícil e complexa”, em especial quando é utilizado medidas qualitativas ou indicadores sociais como forma de representar uma descrição ou retrato da realidade vivenciada pelas pessoas. Não só a elaboração de indicadores possui suas próprias dificuldades estatísticas, assim como na formação de uma definição de pobreza, que abrange suas múltiplas dimensões, estabelecer uma medida que represente a condição em que as pessoas se desenvolvem socialmente vencendo suas dificuldades, pode surgir certos questionamentos como: aumentar o poder de compra será considerado sair da miséria? Se construir uma casa deixa de ser pobre? Logicamente que surgirão perguntas cada vez mais difíceis de responder, quando é tentado quantificar algo que se aproxima de qualidade e envolve autonomia do ser humano. As pesquisas bibliográficas serão de estimado valor para realização deste trabalho de pesquisa no que se refere a definir este fenômeno social, percebe-se quanto é difícil definir a pobreza, podendo até utilizar-se de um indi-

gador para tal, entretanto, é certo que não representará a realidade. Se é difícil definir pobreza, não será fácil definir a saída da pobreza, perceber que pobreza tem em comum com a autossuficiência tornando sua existência mais segura e mais confortável. Dentro deste universo complexo e difícil de encontrar definições absolutas, encontra-se o programa Bolsa Família e as ações do Plano de Combate à Pobreza implantado pelo governo brasileiro com proposta de inclusão a cidadania e erradicação da pobreza no país. Desta forma, conhecer um pouco sobre o Bolsa família será de grande importante para compreender as razões de sua existência como via de erradicação da pobreza no Brasil.

5 BOLSA FAMÍLIA

5.1 CRIAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO

O programa Bolsa Família nasce em 2003, com a aprovação da Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, sendo regulamentado através do Decreto nº 5.209/2004, atuando de forma descentralizada com as participações da União, Distrito Federal, Estados e Municípios, que trabalham em conjunto na execução, fiscalização e controle aperfeiçoando o programa. Através da sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva é criado o Programa Bolsa Família, programa de inclusão que promete entre outras coisas combater as desigualdades sociais, estabelecidas pela nossa formação de Estado; promovendo a autonomia e devolvendo a cidadania de pessoas, até então excluídas pelo Estado brasileiro.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º Fica criado, no âmbito da Presidência da República, o Programa Bolsa Família, destinado às ações de transferência de renda com condicionalidades. (BRASIL, 2004)

Com estimativa de existirem mais de 10 milhões de pessoas no Brasil, vivendo na situação de vulnerabilidade, pobreza e extrema pobreza é criado o Plano Brasil sem Miséria, englobando e assimilando outros programas de renda mínima estrategicamente, desenvolvendo e criando o Bolsa Família, reconhecido mundialmente traz como expectativas: combater a fome, a pobreza, assim como outras formas de

privações das famílias que possuem características indicativas de estarem abaixo da linha da pobreza; promove aos usuários do programa acesso a rede de serviços públicos como saúde, educação, segurança alimentar, assistência social; construindo alicerces que possibilitem favorecer a emancipação dos componentes dos grupos familiares e o desenvolvimento social de suas respectivas localidades.

Parágrafo único. O Programa de que trata o caput tem por finalidade a unificação dos procedimentos de gestão e execução das ações de transferência de renda do Governo Federal, especialmente as do Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à Educação - Bolsa Escola, instituído pela Lei nº 10.219, de 11 de abril de 2001, do Programa Nacional de Acesso à Alimentação - PNAA, criado pela Lei nº 10.689, de 13 de junho de 2003, do Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à Saúde - Bolsa Alimentação, instituído pela Medida Provisória nº 2.206-1, de 6 de setembro de 2001, do Programa Auxílio-Gás, instituído pelo Decreto nº 4.102, de 24 de janeiro de 2002, e do Cadastramento Único do Governo Federal, instituído pelo Decreto nº 3.877, de 24 de julho de 2001.(BRASIL,2004).

São observadas no próprio texto da criação do Programa, algumas tentativas anteriores de distribuição de renda mínima que foram englobadas pelo programa, legitimando a importância e a necessidade social de uma distribuição de renda eficaz que pudesse fortalecer a democracia devolvendo a cidadania e autonomia destes emergentes brasileiros, enquanto que outras ações seriam necessárias na quebra do ciclo intergeracional da pobreza.

5.2 CONDICIONALIDADES: FAMÍLIA X ESTADO

Para que as famílias possam manter-se no programa alguns compromissos devem ser condicionados tanto para as famílias inscritas no programa, quanto para o poder público, tornando mais acessível a essas famílias, seus direitos sociais básicos como educação e saúde. Estas condicionalidades exigidas, portanto, estão na esfera da educação e da saúde.

No que abrange a educação dos membros menores da família, as exigências do MDS são:

- Os filhos entre 6 a 15 anos devem estar matriculados em instituições regulares de ensino;
- Os filhos matriculados devem ter frequência escolar de 85% durante o ano letivo e informar qualquer tipo de impedimento do aluno em se ausentar

das aulas apresentando justificativa, para que seja garantido o efetivo acompanhamento da frequência escolar;

- A família deve Informar qualquer mudança de série e ou qualquer transferência de unidade escolar. O acompanhamento é realizado bimestralmente e o registro da frequência escolar realizado por meio do Sistema de Acompanhamento da Frequência no Aestabelecimento de Ensino, chamado de Sistema Presença.
- Outra condição está ligada a condicionalidade da saúde, englobando, crianças, gestantes e nutrízes, MDS (2014):
- Realizar o pré-natal ao comparecimento das consultas na unidade de saúde mais próxima da residência, portando o cartão da gestante, de acordo com o
- calendário mínimo do MS;
- Participar das atividades pedagógicas desenvolvidas pelas equipes de saúde quanto ao aleitamento materno e quanto a promoção da alimentação saudável para os responsáveis pelas crianças menores de 7 anos:
- Encaminhar a criança às unidades de saúde ou aos locais de vacinação e manter atualizado o calendário de imunização, conforme diretrizes do Ministério da Saúde;
- Encaminhar a criança às unidades de saúde, portando o cartão de saúde da criança, para a realização do acompanhamento do estado nutricional e do desenvolvimento e outras ações, conforme calendário mínimo do Ministério da Saúde.

Ao poder público cabe acompanhar e gerenciar estas rotinas previamente estabelecidas entre as famílias, a fim de identificar os motivos do não cumprimento das condicionalidades e orientá-las quanto ao descumprimento dos acordos, suas consequências e as condições para regularização. Cabe ao Ministério da Saúde acompanhar estas condicionalidades. A partir deste controle gerencial são praticadas ações para o acompanhamento das famílias em descumprimento, considerando as situações de maior vulnerabilidade social.

As famílias que encontram dificuldades em cumprir seus compromissos são orientadas segundo o MDS para:

- Buscar orientações com o gestor municipal do Programa,
- Procurar o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS),
- Procurar o Centro de Referência Especializada de Assistência Social (CRE- AS)
- Buscar ajuda com a equipe de assistência social do município.

O objetivo destas ações é auxiliar as famílias que encontram problemas em superar as dificuldades enfrentadas no cumprimento das obrigações exigidas pelo Programa.

Dentro da Gestão de Condicionalidades ainda cabe um controle de suma importância na proteção social da população que é o acompanhamento exercido pela assistência social realizado pelo Ministério de Assistência Social e Combate a Fome. Cujas funções são verificar e acompanhar a frequência dos jovens com histórico ou risco de trabalho infantil aos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, conhecidos como “PETI”. Caso as famílias não consigam reverter as faltas com os compromissos das condicionalidades seu benefício pode ser bloqueado, suspenso e em alguns casos até cancelado. Segundo o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Pobreza – MDS, o programa Bolsa Família possui três eixos principais:

- A transferência de renda que promove o alívio imediato da pobreza;
- As condicionalidades que reforçam o acesso a direitos sociais básicos as famílias em estado de vulnerabilidade, como educação, saúde e assistência social;
- As ações e programas complementares que objetivam o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários consigam superar a situação de vulnerabilidade.

A seleção das famílias que serão inseridas no programa, é feita pelos municípios tomando como base as informações registradas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, principal instrumento de coleta e gestão de dados que visa identificar todas as famílias em situação de vulnerabilidade no Brasil. De acordo com a gestão do Programa Bolsa Família podem participar aquelas com renda mensal de até R\$ 60,00 (sessenta reais) por pessoa, estas famílias são con-

sideradas em situação de extrema pobreza; aquelas com renda mensal de até R\$ 120,00 (cento e vinte reais) por pessoa, e que tenham em sua composição gestantes, nutrizes, crianças entre 0 e 12 anos ou adolescentes de até 15 anos, são consideradas famílias pobres.

5.3 INCLUSÕES DE CIDADANIA

A inclusão social está totalmente ligada a estratégias de meios e ações que combatam a exclusão de determinadas classes na vida em sociedade, dessa forma podemos conceitua-la como um meio de oferecer as classes menos favorecidas o acesso direto a bens e serviços, favorecendo condições de sobrevivência a todos. A inserção dessas pessoas no âmbito social é efetivada por meios de políticas públicas que por sua vez se define como atividades relacionadas ao diagnóstico e planejamento, à execução e avaliação das ações e políticas estabelecidas pelo governo, nas esferas federal, estadual e municipal, a partir deste conceito pode-se analisar que as políticas públicas estabelecem metas e encaminham soluções para os problemas sociais. É difícil para nós como seres humanos pensarmos que pessoas são excluídas de forma brutal da sociedade utilizando-se de artifício pífios como a cor da pele, religião, gênero, deficiência física, condição financeira em que vivem ou simplesmente por ser intituladas por alguns como fora dos padrões impostos pela sociedade.

Ao relatar sobre inclusão social, desigualdades sociais e renda no Brasil, é fundamental que se conheça as políticas públicas voltadas para o desenvolvimento de soluções dessas problemáticas, atualmente estão sendo um dos temas mais propício ao desenvolvimento de políticas públicas voltadas para as pessoas em estado de pobreza no nosso País, a exemplo de inclusão social e da entrada de grande parcela da sociedade em um dos programas federais que mais incentivou e proporcionou a saída imediata da pobreza a inúmeras famílias brasileiras, que é o Bolsa Família. É verificado através de dados estatísticos pelo IPEA(2013) a notável transformação das condições de vida dos beneficiários após o ingresso a este programa. Famílias que antes não tinha condições básicas de sobrevivência mantendo-se em situação de vulnerabilidade, hoje possuem acesso a direitos básicos necessários a qualquer cidadão, direitos a alimentação, educação, saúde, habitação entre outros. Porém o maior desafio existente nos últimos dez anos de programa é a avaliação se

realmente essa transferência de renda está surtindo o real efeito, se direitos básicos estão realmente chegando às mãos daqueles que realmente necessitam, fazendo-se necessário analisar no âmbito do governo federal as informações encontradas nos seus instrumentos de acompanhamento e controle como o Cadastro Único (CADÚNICO), bancos de dados, o IDF (Índice de desenvolvimento da família), MDS (Ministério de Desenvolvimento Social) CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) e outros, buscando informações mais exatas das famílias inscritas no programa, assim como, a avaliação e inclusão delas no programa.

O programa bolsa família tem em sua constituição, atuar como um programa de transferência de renda direta como instrumento de combate a miséria no Brasil, desta forma será necessário analisar se realmente este programa estaria atingindo os resultados esperados de forma positiva nestas classes menos favorecidas, partindo do princípio legal que estes são partes integrantes do país e da cidadania brasileira, até então esquecidos pelo Estado como cidadãos desta pátria. Diz a Emenda Constitucional nº. 64, de 04 de fevereiro de 2010, que deu nova redação ao art. 6 da Constituição Federal (CF): “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”.

Brasil (2007, p. 285):

Os direitos sociais, como dimensão dos direitos fundamentais do homem, são prestações positivas proporcionadas pelo Estado direta ou indiretamente, enunciadas em normas constitucionais, que possibilitam melhores condições de vida aos mais fracos, direitos que tendem a realizar a equalização de situações sociais desiguais. São, portanto, direitos que se ligam ao direito de igualdade. (BRASIL, 2007 p.285)

A citação acima nos mostra que os direitos sociais básicos de sobrevivência está totalmente ligada a prestações positivas realizadas pelo Estado, ou seja, é direito do governo buscar formas de incluir essas pessoas à sociedade para que as mesmas tenham igualdades nos direitos humanos. É notável que ainda há muito por se fazer para que a pobreza no País seja um problema solucionado, por esse motivo umas das estratégias adotadas pelo governo prioriza o desenvolvimento de progra-

mas de transferência de renda e benefícios que auxiliem no combate à miséria e a desigualdade social no Brasil.

Apesar das inúmeras críticas voltadas pra o Programa Bolsa Família, podemos perceber em nossas pesquisas de campo que muitos dos beneficiários, voltaram a ter dignidade de vida após o ingresso no programa, sabemos que é uma renda mínima, mas com capacidade de retirar de imediato, famílias de extrema pobreza no estado de miséria humana. Com o auxílio PBF é possível retirar crianças da exploração no trabalho infantil, elevar a autoestima da mulher, manter as crianças na escola e com assistência médica regular, obedecendo as condicionalidades para permanecer no programa e continuar a receber seus benefícios, mantendo os filhos matriculados nas escolas gerando cidadãos e redirecionando as responsabilidades da família no cumprimento dessas condições.

Bolsa Família foi à porta de entrada para a educação, saúde, alimentação, habitação e só quem viveu e vive a privação dessas necessidades básicas sabem o valor dessa mínima renda no mês, nos emocionam ao entrevistar famílias e perceber suas mudanças positivas após o ingresso ao programa, são situações extremas de misérias vivenciadas por pessoas muito próximas, podendo ser nossos vizinhos e muitas das vezes nem percebemos, outro fato importante do programa é a possibilidade do benefício estar na maioria das vezes, nas mãos das mulheres dando a elas a autonomia, poder de compra, autoestima nas representações das mulheres como mães, esposas e responsáveis pela organização do ambiente doméstico, portanto, pode-se considerar o PBF uma via de mudança de qualidade vida para os menos abastados.

6 LEITURA DOS QUESTIONÁRIOS E ENTREVISTAS

6.1 RESULTADOS DOS QUESTIONÁRIOS E ENTREVISTAS

Durante a pesquisa de campo foi aplicado 193 questionários e 193 pessoas da localidade de São Bento das Lages responderam os questionários obtendo os seguintes dados: Quanto ao gênero das pessoas inscritas no Programa Bolsa Família responsáveis por suas respectivas famílias, dentre elas 3,63% eram homens e 96,37% mulheres, aqui podemos verificar uma mudança dos padrões,

pois, as mulheres assumem a liderança da família, resultado apresentado na tabela 1, quebrando a regra imposta pela colonização portuguesa de famílias patriarcais e escravocrata.

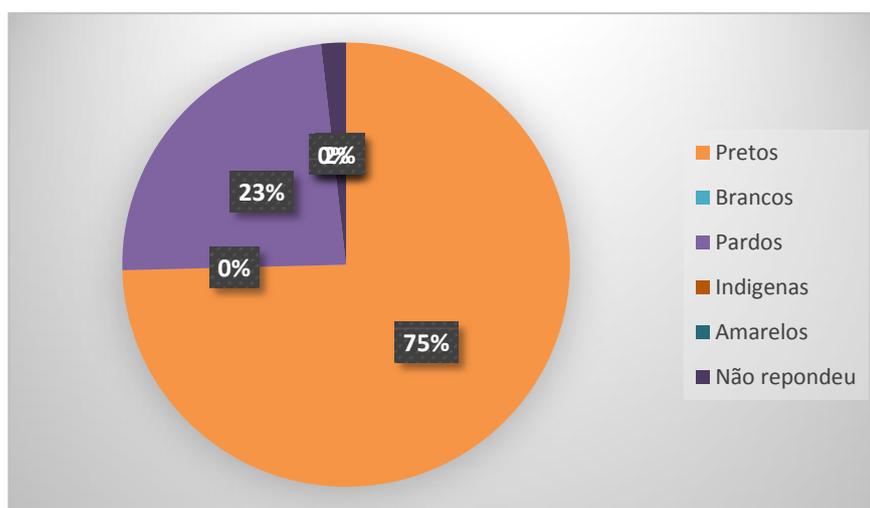
Tabela 1 - Distribuição por gênero do responsável pela família

Gênero	Quantidade	Porcentagem
Mulheres	186	96,37%
Homens	7	3,63%
Total	193	100,00%

Fonte: autores.

E pertinente salientar que este programa atinge diretamente as mulheres devido aos laços mais aprofundados com a prole e a família.

Gráfico 1 - Quanto a raça dos entrevistados



Fonte: autores.

No Gráfico 1, 74,6% dos entrevistados responderam que eram Pretos; 23,6% Pardos e 1,8% se negaram a responder, nenhum Indígena, nenhum Branco e nem Amarelo. No que se refere à religião, apesar da comunidade possuir um alto índice de pessoas se considerarem negros (74,6%), apenas 5,7% são umbandistas, religião originária dos povos escravizados vindo da África; 68,9% católica, 23,3% protestantes, 2,1% espírita.

Tabela 2 - Quanto a religião dos entrevistados

Religião	Quantidade	Porcentagem %
Católicos	133	68,9
Protestantes	45	23,3
Umbandistas	11	5,7
Espiritas	4	2,1

Fonte: autores.

É importante relatar que a profissão de dona de casa é citada na maioria das vezes (10%) e outras atividades como marisqueiras, ajudante, vigia, diarista, pescador, trabalhador rural, auxiliar, lavadeira, manicure e outros.

Gráfico 2 - Faixa etária dos entrevistados

Fonte: autores.

Durante encontramos pessoas das mais diversas idades (gráfico 2), o intervalo das idades, ficou compreendido entre 20 a 74 anos representado no gráfico 2. Curiosamente quando perguntado aos entrevistados sobre sua escolha se tivesse

que escolher entre um emprego e o valor pago pelo Bolsa Família, as respostas foram unânimes “o emprego” , quebrando a ideia do senso comum que insistem em dizer que as pessoas que recebem o Bolsa Família não querem trabalhar, embora 81,8% dos entrevistados responderam no questionário que a maior necessidade da família era o emprego, 18,2% responderam saúde, 7,3% alimentação e 1,8% a casa própria, salientando que nesta pergunta cabe múltiplas escolhas algo que deixou uma ponta de curiosidade foi que nenhum entrevistado cita a visita de assistentes sociais em suas residências para avaliar as condições que as famílias estão alocadas.

Tabela 3 - Estado civil dos entrevistados

ESTADO CIVIL	
SOLTEIRA	52,7 %
CASADAS	12,7%
UNIÃO ESTAVEL	27,4%
VIUVA	3,6%
DIVOCIADA	3,6%

Fonte: autores.

Quanto ao estado civil, observa-se pela tabela acima uma certa liberdade e autonomia das mulheres, sendo 52,7% solteiras, relatando nas entrevistas do grupo focal que vivem bem sem ter a figura masculina em casa, conseguindo tocar sua vida com uma certa autonomia. Quanto a suas maiores necessidades atualmente.

6.2 CÁLCULO DE AMOSTRAS PARA POPULAÇÕES FINITAS.

O valor total do universo foi apresentado pelo gestor local como 789 famílias inscritas no Programa Bolsa Família na localidade de São Bento das Lages e deste universo foi determinado o tamanho das amostras.

Conforme GIL (2008), a formula para determinar o tamanho das amostras é:

$$n = \frac{\sigma^2 \cdot p \cdot q \cdot N}{\epsilon^2 \cdot (N-1) + \sigma^2 \cdot p \cdot q},$$

Onde:

n = Tamanho da amostra (valor a ser achado)

σ^2 = Nível de confiança escolhido, expresso em número de desvios-padrão (2 desvios que representa 95% do nível de confiança. (Valor aceito nas pesquisas sociais)

p = Percentagem com a qual o fenômeno se verifica (estimativa de taxa de resposta dos indivíduos 20%)

q = Percentagem complementar (100 - p)

(80%) ϵ^2 = Erro máximo permitido (5%)

N = Tamanho da População (749)

$$n = \frac{2^2 \cdot 20 \cdot 80 \cdot 789}{5^2 \cdot (789 - 1) + 2^2 \cdot 20 \cdot 80} = \frac{5049600}{26100} = 193 \text{ questionários}$$

Definidos devido ao universo das amostras estarem compreendidas até 10.000.

6.3 CALCULANDO A MARGEM DE ERRO DAS AMOSTRAS

Para 193 questionários, 4 entrevistas com grupos focais das comunidades 1 com gestor local – fator 1/5 inserido.

$$\sigma = \sqrt{\frac{p \cdot q}{n}} \cdot \frac{1}{5} = \sqrt{\frac{20 \cdot 80}{190}} \cdot \frac{1}{5} = \frac{8,42}{5} = 1,7\%$$

, aproximadamente 17%.

Segundo os cálculos obtidos serão aplicados 193 questionários e margens de erro $\pm 1,7\%$ e nível de confiança de 95%.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É percebido que a multidimensionalidade da pobreza impede de estabelecer uma definição finita para o fenômeno, entretanto, na prática podemos verificar algumas dimensões que devem ser levadas em consideração no momento de sua avaliação. A ausência ou insuficiência de renda proporciona privações de autonomia e liberdade para várias ações humanas e a seu normal desenvolvimento na sociedade, o acesso a saúde e a educação é outro fator de suma importância, que limitam física e intelectualmente o indivíduo de gozar de sua autonomia como sujeito de direitos. Outra dimensão que vale a pena citar é o direito a democracia, opinar de maneira responsável sobre o gerenciamento dos recursos do estado que através das ações o atingem diretamente, participar da política, da manutenção e do controle das ações do estado faz parte da autonomia cidadã e devem ser levado a sério como indicador do conceito de pobreza. Contudo a necessidade de conhecer mais sobre o Programa Bolsa Família, partiu de sua criação, as condicionalidades atribuídas às famílias e ao Estado que devem protagonizar ações do poder público para gerar alicerces que ajude nesta luta contra a pobreza, fruto principalmente de nossa perversa colonização escravista. Relatos importantes foram dados pela população: *“Seria bom oferecer palestras sobre a Educação dos nossos filhos, porque precisamos dar um futuro melhor a eles”* (J.C.S. 2014). Fala da moradora do Cj Mãe Carlita; *“O Bolsa Família me ajuda muito, pois com esse dinheiro da pra ajudar na alimentação, remédio e material escolar dos meus filhos, eu não tinha nenhum tipo de renda”* (L.S.M. 2014), relato da responsável pela família que mora da Roseira.

A autonomia com maior liberdade feminina aflora como uma mudança de hábito e quebra de dominação de um mundo machista e preconceituoso, em contrapartida o poder público deve esforçar-se em atender a população com saneamento básico. O trabalho consistiu na sua maioria basicamente em levantamento bibliográfico e na riqueza dos depoimentos da pesquisa de campo, ambos, estabeleceram uma linha de conhecimento que nos projetou em conclusões positivas para o trabalho, entretanto não conclusiva na ideia de mensurar o desenvolvimento da família beneficiária com o Bolsa Família. Através desta pesquisa foi possível perceber que as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família na comunidade tiveram mudanças positivas em suas vidas e de suas famílias. É correto

afirmar que os programas de Transferência de Renda trazem alguns aspectos positivos, tais como: a melhoria nas condições de vida dos beneficiários que investem na compra de alimentos, remédios, vestimentas, e investem também em melhoria nas condições de moradia.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Lei 10.836, de 9 de janeiro de 2004. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 12 jan. 2004a. Seção 1, p. 1.
- BRASIL. Medida Provisória no 2.206, de 10 de agosto de 2001. Cria o Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à Saúde: Bolsa-Alimentação. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 13 ago. 2001b. Seção 1, p. 3.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Avaliação de políticas e programas do MDS: resultados: Segurança Alimentar e Nutricional**. / Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Brasília, DF: MDS; SAGI, 2007. 412 p.; 23cm.
- CASTRO, Jorge Abrahão de. **Bolsa família 2003-2010: avanços e desafios / organizadores: Jorge Abrahão de Castro, Lúcia Modesto**. Brasília : Ipea, 2010. 2 v. 344p.
- COELHO, Ricardo Corrêa. **Estado, governo e mercado**. Ricardo Corrêa Coelho. – 2. ed. reimp. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC, 2012. 114p. : il.
- CUNHA, Mario Pinto da. **Memorial de São Francisco do Conde**. Salvador. Gráfica Central LTDA. 1976
- GABRIEL, Edilma Moreira; MACHADO, Clarisse Drummond Martins; OLIVEIRA, Raquel Loureiro. **Focalização de Políticas Públicas: O programa Bolsa Família como política pública focalizada para superação da desigualdade e exclusão**. 2013. Disponível em: <.....pc-undp.org pu lications mds M.pd > Acesso em: 29 abr. 2013.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. xvi, 184 p.
- JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores socioeconômicos na gestão pública / Pau- lo de Martino Jannuzzi**. – 2. ed. reimp. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC, 2012. 110p. : il.
- MOTA, Vânia Cássia Miranda. **Programa Bolsa Família e Condicionalidades: deveres ou penalização?** In: Vânia Cássia Miranda Mota. Montes Claros – MG , 2010;
- IPEA. **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania / organizadores: Tereza Campello, Marcelo Côrtes Neri**. – Brasília : Ipea, 2013.494 p.
- SANTANA, Jaciara. **São Francisco do Conde e o enigma da riqueza e da pobreza no reconcavo baiano /Jaciara de Santana – Slavador- UCSal-Ba/ PPG – Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social**. 2011. 159p.
- SANTOS, Gabriela Gil de Souza. **Proposta de um índice de desenvolvimento amplo municipal / Gabriela Gil de Souza Santos**. Sorocaba, 2012 92 f.: il; 28 cm.

APÊNDICES

APÊNDICE A

PESQUISA SÓCIO-ECONÔMICA DO PROJETO INSTRUMENTO DE COLETA

Nº 2 Zona: Zona 1 Local: AV Santa Rita

DADOS PESSOAIS:

Idade _____

Sexo: F M

Religião:

Católica Espírita Protestante Umbandista outras _____.

Raça:

Branca Preta Parda Indígena Amarela

Estado civil:

Casada Solteira Divorciada União estável Outros _____.

QUESTIONÁRIO:

01 - Qual a renda total da família?

Até um salário mínimo. De 1 a 2 salário mínimo. Até 3 salário Mínimo. Acima de 5 salário mínimo.

02 - Qual é o seu nível de escolaridade?

Não alfabetizado(a). Primeiro Grau Incompleto. Primeiro Grau Completo.
 Segundo Grau Incompleto. Segundo Grau Completo. Curso Técnico
 Superior Incompleto. Superior Completo.

03 – Qual a maior necessidade de sua família hoje?

Emprego. Alimentos. Tratamento Médico. Outros. Qual _____.

04 – Quantas pessoas compõem a sua família?

1 pessoa 2 pessoas 3 pessoas 4 pessoas 5 pessoas Acima de 5 pessoas Total:
_____ Pessoas, quantos menores: _____.

05 - Quantas crianças estão estudando em sua casa?

1 criança 2 crianças 3 crianças 4 crianças 5 crianças 6 crianças
 Nenhuma. Acima da 6 crianças

Idade: _____ série: _____

06 – Recebe algum tipo de orientação para controle da natalidade?

Cursos Palestras Conversa com assistente Social Conversa com amigos

07 – Seque os programas de vacinação para os filhos?

sim não

08 – Os filhos vão ao médico?

periodicamente somente quando adoece nunca as vezes

09 – Quem é o principal responsável pelo sustento da família?

O(a) próprio(a) entrevistado(a).

Esposo(a)

Pai Mãe Filho(a) Irmão(a)

Outro(s) _____

10 – Qual a profissão do responsável pelo sustento da família?

11 - Qual é o tipo de residência de sua família?

Própria. Alugada. Emprestada

12 - Possui saneamento básico?

sanitário água encanada rua pavimentada energia elétrica iluminação pública.

13 – Quantas pessoas hoje estão empregadas em sua família?

1 pessoa 2 pessoas 3 pessoas 4 pessoas 5 pessoas Acima da 5 pessoas

Nenhuma

14 – Dos assuntos a seguir, sobre quais gostaria de receber orientações e melhorar seus conhecimentos?

Saúde e Bem Estar

Drogas

Sexualidade - DST

Alimentação Saudável

Relacionamento Conjugal e Familiar

Educação dos Filhos

Outros. Qual _____

PESQUISADOR: _____

APENDICE B

Termo de Compromisso e Confidencialidade

Título do estudo: **Desenvolvimento Social a partir do programa Bolsa Família: Estudo da região do Recôncavo baiano na localidade de São Bento das Lages em São Francisco do Conde**

Pesquisador(es) responsável(is): _____

Instituição/Departamento: _____

Telefone para contato: _____

Local da coleta de dados: _____

Prezado(a) Senhor(a):

Você está sendo convidado(a) a responder às perguntas deste questionário de forma totalmente voluntária. Antes de concordar em participar desta pesquisa e responder o questionário e ou a entrevista, é muito importante que você compreenda as informações e instruções contidas neste documento. Os pesquisadores deverão responder todas as suas dúvidas antes que você se decidir a participar. Você tem o direito de desistir de participar da pesquisa a qualquer momento, sem nenhuma penalidade e sem perder os benefícios aos quais tenha direito.

Objetivo do estudo: Avaliar o desenvolvimento social proporcionados pelo bolsa família implantado no município de São Francisco do Conde.

Procedimentos: Minha participação nesta pesquisa consistirá apenas no preenchimento do questionário e na realização das entrevistas, respondendo às perguntas formuladas que abordam.

Benefícios: Esta pesquisa trará maior conhecimento sobre o desenvolvimento social proporcionado pelo programa bolsa-família na região de São Bento das Lages, sem benefício direto para você.

Riscos: O preenchimento deste questionário não representará qualquer risco de ordem física ou psicológica para você entrevistado.

Sigilo: As informações fornecidas por você terão sua privacidade garantida pelos pesquisadores responsáveis. Os sujeitos da pesquisa não serão identificados em nenhum momento, mesmo quando os resultados desta pesquisa forem divulgados em qualquer forma.

Ciente e de acordo com o que foi anteriormente exposto, eu,
.....concordo em participar desta pesquisa, assinando este consentimento em duas vias, ficando com a posse de uma delas.

_____, ____ / ____ /2014

Ass.

Pesquisador responsável

APENDICE C

Entrevista com Gestor do Bolsa Família no Município**Nome:****Função:****Local da Entrevista:**.....

01 Há quanto tempo é gestor do programa?

02 Qual sua formação profissional?

03 Fale um pouco sobre sua experiência?

04. Como você define o panorama do Bolsa Família no contexto de São Francisco do Conde?

05 Qual as dificuldades encontradas no programa?

06 Como você avalia o programa? Aponte os pontos fortes e pontos fracos.

06 Quais sugestões você daria para o aprimoramento do Programa?

07 O que você entende por Políticas Públicas?

APENDICE D

DIALOGO COM GRUPO FOCAL

Número: _____ Zona: _____

- 01 - O que você acha do programa Bolsa Família?
- 02 - Como você ficou sabendo da existência do programa?
- 03 - Como você descreve sua vida antes do programa?
- 04 - Como era o sustento da família antes do programa?
- 05 - Qual a importância do programa para sua família?
- 06 - O que poderia ser mudado no Programa Bolsa Família?
- 07 - O ingresso no programa alterou alguma coisa em sua vida pessoal? e familiar?
- 08 - Pode descrever o que mudou? (responder se for sim)
- 09 - O que entende por cidadania?